

Salgueiro 3 Energias Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Salgueiro 3 Energias Renováveis S.A.
Terra Nova - PE**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Salgueiro 3 Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Salgueiro 3 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de maio de 2022.
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6


Paulo Tiago de Freitas
Contador CRC 1SP274021/O

Salgueiro 3 Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivos	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa	5	327	4.456	Fornecedores	9	3.500	12.583
Clientes a Receber		225	-	Financiamentos	10	5.994	2.158
Imposto de renda a recuperar		27	24	Imposto de renda e contribuição social a recolher		9	36
Adiantamento a fornecedores	6	5.693	28.526	Obrigações tributárias		234	734
Despesas Antecipadas		59	-	Adiantamentos à Clientes		2.824	-
Total do ativo circulante		6.331	33.006	Total do passivo circulante		12.560	15.511
Cauções e depósitos vinculados	7	2.907	230	Financiamentos	10	96.410	87.068
Partes relacionadas	11	7.256	4.230	Provisão para contingências	19	-	50
Imobilizado	8	146.215	122.381	Partes relacionadas	11	4.167	24.691
Total do ativo não circulante		156.379	126.841	Total do passivo não circulante		100.577	111.809
				Patrimônio líquido			
				Capital social	12	52.530	32.527
				Prejuízos acumulados		(2.956)	(1)
				Total do patrimônio líquido		49.574	32.526
Total do ativo		162.710	159.846	Total do passivo e patrimônio líquido		162.710	159.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salgueiro 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita Operacional Líquida	15	6.618	-
Custo de Operação	15	(7.213)	-
Lucro Bruto		(595)	-
Despesas gerais e administrativas	16	(1.736)	(65)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(2.331)	(65)
Receitas financeiras	17	117	217
Despesas financeiras	17	(591)	(13)
Resultado financeiro líquido		(474)	204
Resultado antes dos impostos		(2.805)	139
Imposto de renda e contribuição social	18	(150)	(30)
Resultado líquido do exercício		(2.955)	109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salgueiro 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	(2.955)	109
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(2.955)	109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salgueiro 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Prejuízos /	
	Subscrito e	A integralizar	Lucros	Total
	integralizado		acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	32.527	-	(111)	32.417
Resultado líquido do exercício	-	-	109	109
Saldos em 31 de dezembro de 2020	32.527	-	(1)	32.526
Integralização de capital	19.123	880	-	20.003
Resultado líquido do exercício	-	-	(2.955)	(2.955)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	51.650	880	(2.956)	49.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salgueiro 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos impostos		<u>(2.805)</u>	<u>139</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	8	<u>1.172</u>	<u>-</u>
		<u>(1.633)</u>	<u>139</u>
Variações em:			
Partes relacionadas		(23.550)	20.461
Adiantamento a fornecedores		22.833	(28.525)
Impostos a recuperar		(3)	(23)
Clientes a Receber		(225)	-
Despesas Antecipadas		(59)	-
Fornecedores		(12.583)	(5)
Obrigações tributárias		(500)	682
Adiantamentos à Clientes		<u>2.824</u>	<u>-</u>
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		<u>(12.896)</u>	<u>(7.271)</u>
Pagamento de processos judiciais e outros	19	<u>(50)</u>	<u>50</u>
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		<u>(12.946)</u>	<u>(7.221)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado		(17.848)	(101.839)
Aquisição ao ativo intangível		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		<u>(17.848)</u>	<u>(101.839)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de financiamentos	10	9.342	87.093
Custo na Captação de financiamentos	10	-	(25)
Aumento de capital	12	20.003	-
Cauções e depósitos vinculados	7	<u>(2.677)</u>	<u>(230)</u>
Caixa líquido proveniente das atividade de financiamento		<u>26.668</u>	<u>86.838</u>
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa		<u>(4.128)</u>	<u>(22.221)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	4.456	26.676
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	<u>327</u>	<u>4.456</u>
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa		<u>(4.128)</u>	<u>(22.221)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Salgueiro 3 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída no Brasil em 08 de março de 2018, estabelecida na Rodovia BR 232 - Fazenda Riachinho Km 534 Gleba 01, Terra Nova, Pernambuco.

A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia por fonte fotovoltaica.

A Companhia é controlada integralmente por Salgueiro Holding S.A., as atividades operacionais se iniciaram em agosto de 2021. A controladora final da Companhia é a Nebras do Brasil Investments 1 Ltda.

1.1 Projeto de geração solar

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para exploração de energia solar:

Projeto Fotovoltaico	Resolução Original	Data	Prazo	Índice de Capacidade de energia instalada (MW)
Salgueiro III	Portaria 160	08/05/2018	30 anos	39

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o seguinte contrato de longo prazo de venda de energia :

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada	Preço contratado	Índice de reajuste	Prazo	Data de início	Mês de reajuste
Salgueiro III	LEN(*) 04/2017	(MW) 8	(Mw/h) R\$ 145,45	IPCA	30 anos	01/01/2021	Dezembro

(*) Contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

1.3 Impactos da Covid

- 1.4** Em razão da pandemia da Covid-19 a Companhia não cumpriu o prazo de início das atividades operacionais, estabelecido como sendo no dia 1º de janeiro de 2021. A ANEEL, entendendo os impactos da Covid-19, postergou o início do suprimento para 16 de fevereiro de 2021, autorização essa concedida por meio do Despacho 184 de 26 de janeiro de 2021. Adicionalmente, por variados motivos que vão desde o atraso dos fornecedores em cumprir as datas de entrega de materiais e serviços para a construção da usina fotovoltaica, o início das operações do complexo gerador foi declarado conforme abaixo:
- UG1 a UG4 a partir de 19 de agosto de 2021, por meio do Despacho ANEEL 2083/2021;
 UG5 a partir de 27 agosto de 2021, por meio do Despacho ANEEL 2608/2021;
 UG6 a UG7 a partir de 07 de setembro de 2021, por meio do Despacho ANEEL 2758/2021 e;
 UG8 a UG9 a partir de 15 de outubro de 2021, por meio do Despacho ANEEL 3249/2021.

Para cumprir com suas obrigações contratuais a Companhia comprou energia de terceiros no mercado aberto e revendeu a seus clientes a totalidade do volume contratado. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e conclui que não são detectados riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações, tendo em vista que a Companhia detém contrato de venda de energia firmados antes do evento da COVID-19. Mesmo com as restrições da pandemia, a curva de produção não foi afetada tendo em vista que dependemos única e exclusivamente da irradiação solar e comandos que são realizados remotamente, e não há, até o momento, nenhuma evidência de inadimplência por parte de nossos clientes.

1.5 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo em 2021, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$ 6.228 (positivo em R\$ 17.495 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente, a Companhia apresenta prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 2.955 (lucro de R\$ 109 em 31 de dezembro de 2020). O prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ R\$ 2.956 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020).

O capital circulante negativo em 2021 deve-se, principalmente, aos saldos de fornecedores (conforme nota explicativa nº 9 e financiamentos (conforme nota explicativa nº10) em função da construção da Usina Fotovoltaica (conforme nota explicativa nº 1.2). Adicionalmente, a controladora efetuou R\$ 8.485 em injeções de capital durante os três primeiros meses do ano de 2022, afastando qualquer pressuposto de descontinuidade das operações da companhia. Com o início da operação no segundo semestre de 2021, a Administração compreende que reverterá tal cenário ao longo de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 09 de maio de 2022.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado nota explicativa 18, quando aplicável.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

Não há estimativas e premissas que apresentem risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Imobilizado

Ativos imobilizados adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da depreciação acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Inclui os gastos iniciais do projeto como obtenção de licenças, pesquisas, taxas de bancos paracaptação de empréstimos e outros. A vida útil dos ativos foi avaliada pela Companhia como definida. Ativos com vida útil definida são depreciados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de depreciação de um ativo de vida útil definida são revistos anualmente. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de depreciação, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

b. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

c. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho

ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros foram classificados como outros passivos financeiros. Os passivos financeiros classificados nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de uma passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

d. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de

R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A base de presunção é de 32% para serviços e de 8% para comercialização e distribuição.

e. Reconhecimento de Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação;
- (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato;
- e
- (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelos parques fotovoltaicos e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh), preço contratual e preço de liquidação das diferenças (PLD) médio do ano.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, que devem compor a contraprestação. Os ressarcimentos por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração são ressarcidos em parcela única por meio da dedução da receita fixa mensal do mês de janeiro do ano contratual seguinte, considerando o maior valor entre 115% do preço de venda do ano anterior e PLD médio do ano anterior. Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração são ressarcidos em parcela única por meio da dedução da receita fixa mensal do mês de janeiro do ano contratual seguinte, considerando o maior valor entre o preço de venda do ano anterior e PLD médio do ano anterior.

A receita é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os passivos do ressarcimento representam os desvios negativos, que serão liquidados de acordo com as regras mencionadas acima.

As faturas de venda de energia mensal são divididas igualmente em três parcelas com prazo de recebimento de 20, 30 e 45 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda. Após o vencimento das faturas, há a incidência de multa de 2% sobre o valor em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidem juros pro-rata de 1% ao mês.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme

apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b. Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	327	2.401
Aplicações Financeiras (a)	-	2.055
	327	4.456

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa. Sua rentabilidade é variável e está vinculada a movimentação da conta, com rendimento de 100% do CDI.

6 Adiantamento a fornecedores

	2021	2020
Adiantamento a fornecedor	5.693	28.526

Referem-se a valores contratados, adiantados aos fornecedores dos projetos para construção dos parques fotovoltaicos.

7 Cauções e depósitos vinculados

Depósitos referentes à conta reserva do Banco do Nordeste Brasileiro, retidos para pagamento do financiamento obtido junto à instituição, reajustado mensalmente pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O rendimento anual das cauções e depósitos vinculados foi de 100% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	2021	2020
Cauções e depósitos vinculados	2.907	230

8 Imobilizado

O valor registrado neste grupo equivale aos custos incorridos para a construção da usina.

Salgueiro 3 Energias Renováveis S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021

Imobilizado em Serviço	Taxa anual de Depreciação	2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Em andamento				1.109
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,49%	1.978	(16)	1.962
Máquinas e Equipamentos	3,96%	144.300	(1.156)	143.144
Total		146.278	(1.172)	146.215

	Saldo em 31/12/2019	Adição	Transferência de intangível (i)	Depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adição	Transferência de Imobilizado Unitização (ii)	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em construção	-	116.550	5.831	-	122.381	25.006	(146.278)	-	1.109
Usinas - Imobilizado em Serviço									
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	1.978	(16)	1.962
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	144.300	(1.156)	143.144
Total do ativo imobilizado	-	116.550	5.831	-	122.381	25.006	-	(1.172)	146.215

- (i) O montante refere-se a reclassificação dos saldos anteriormente apresentados como intangível, visto que naquele momento tratavam-se apenas de custos relativos a construção.
- (ii) O montante refere-se a transferência do imobilizado em construção para o imobilizado através de unitização efetuada em novembro de 2021.

9 Fornecedores

	2021	2020
Serviços	228	5.524
Materiais	3.272	7.059
Total	3.500	12.583

Referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos parques de energia fotovoltaica. O principal fornecedor da Companhia refere-se a Flextronics Internacional Tecnologia Ltda.

10 Financiamentos

A Companhia firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), pela linha de crédito PROINFRA, mediante abertura de crédito no valor de R\$ 98.332, que deverá ser integralmente creditado ao longo do exercício de 2021.

Financiamentos	Taxa de Juros Efetiva	Vencimento Final
Financiamentos BNB	2,18% a.a.	15/01/2039
Total		102.404
Circulante		5.994
Não Circulante		96.410

A movimentação do financiamento aconteceu da seguinte forma:

Salgueiro 3 Energias Renováveis S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021

Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Custo de captação	(25)
Juros	2.158
Captação	87.093
Saldo em 31 de dezembro de 2020	89.226
Juros	3.836
Captação	9.342
Saldo em 31 de dezembro de 2021	102.404

A- Obrigações Contratuais – Covenants

O contrato de financiamento não possui cláusulas restritivas financeiras (“covenants”) vigentes em 31 de dezembro de 2021. Estas, por sua vez, passarão a vigor somente quando da conclusão física e financeira do projeto.

B- Garantias

As garantias de financiamento são as usuais para estrutura de financiamento de projetos.

Os contratos de financiamento têm como garantia fianças bancárias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reserva, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos.

Atualmente, a Companhia possui contrato fiança com o Banco Itaú e conta garantia com o Banco do Nordeste, garantindo 100% do saldo devedor do crédito concedido.

C- Cronograma de pagamento da dívida

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Não Circulante	
2023	2.320
2024	2.846
2025	3.249
2026 à 2038	87.995
Total	96.410

11 Partes relacionadas

A Companhia usualmente possui saldos a pagar ou receber com companhia do mesmo grupo, usualmente liquidados no mês subsequente.

i. Contas a receber de partes relacionadas

	2021	2020
Nebras Power Latin America Ltda. (a)	-	3
Salgueiro 1 Energias Renováveis S.A. (a)	7.256	4.227
	7.256	4.230

- (a) Os saldos a receber referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas/acionistas. Referem-se substancialmente, ao reembolso de gastos liquidados integralmente por uma Companhia centralizadora, e são repassadas as demais. Esses gastos envolvem basicamente os gastos de aquisição de imobilizado em andamento, e outras despesas.

ii. Contas a pagar para partes relacionadas

	2021	2020
Canadian Solar Brasil (a)	-	22.849
Canadian Solar Desenvolvimento de Usinas Solares Ltda. (b)	-	139
Salgueiro 2 Energias Renováveis S.A. (b)	4.167	1.703
Total	4.167	24.691

- (a) Saldo referente à compra dos painéis solares (imobilizado em construção) junto a Canadian Solar Inc., acionista minoritária e detentora de 20% das ações das empresas do complexo Salgueiro.

- (b) Os saldos a pagar referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas/acionistas. Referem-se substancialmente, ao reembolso de gastos liquidados integralmente por uma Companhia centralizadora, e são repassadas as demais. Esses gastos envolvem basicamente os gastos de aquisição de imobilizado em andamento, e outras despesas.

iii. Remuneração da administração

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária. A remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi paga pela controladora, Nebras do Brasil Investments Ltda.

12 Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 52.530 (R\$ 32.527 em 31 de dezembro de 2020), representado por 52.529.655 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Salgueiro Solar Holding, detentora de 100% das ações.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18/02/2021, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante R\$ 3.000, totalmente subscrito e integralizado pela controladora, mediante a emissão de 3.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27/05/2021, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante R\$ 5.667, totalmente subscrito e integralizado pela controladora, mediante a emissão de 5.667.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18/11/2021, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante R\$ 10.456, parcialmente subscrito e integralizado pela controladora, mediante a emissão de 10.456.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Dos valores aportados mencionados acima ainda permanece a ser integralizado o montante de R\$ 880.

13 Receitas Operacionais

	2021	2020
Receita bruta de energia elétrica	7.034	-
(-) PIS e COFINS sobre a receita	(416)	-
Total de Receitas Operacionais	6.618	-

14 Custo de Operação

	2021	2020
Energia para revenda	(6.670)	-
Serviços de O&M e engenharia	(543)	-
Total	(7.213)	-

15 Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(383)	-
Serviços de Terceiros	(87)	(60)
Aluguéis	(76)	-
Depreciação	(1.172)	-
Tributos	-	(4)
Outras despesas	(18)	(1)
Total de despesas gerais e administrativas	(1.736)	(65)

16 Resultado financeiro líquido

	2021	2020
IOF	-	(8)
Outros, juros, tarifas e impostos	(591)	(5)
Total de despesas financeiras	(591)	(13)
Rendimento aplicações financeiras	110	217
Multas e Acréscimos Moratórios - CCEE	3	-
Variações Monetárias	4	-
Total de receitas financeiras	117	217
Resultado financeiro líquido	(474)	204

17 Imposto de renda e Contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes do período de 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 150 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2020).

18 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia.

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

31/12/2021				
	Nota	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Nível
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Cauções e depósitos vinculados	7	-	2.907	Nível2
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Caixa e bancos	5	327	-	
Partes relacionadas	11	7.256	-	

31/12/2021			
	Nota	Outros passivos financeiros	Nível
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo			
Fornecedores	9	3.500	
Financiamentos	10	102.404	Nível 2
Partes Relacionadas	11	4.167	

31/12/2020				
	Nota	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Nível
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Cauções e depósitos vinculados	7	-	230	Nível 2
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Caixa e bancos		4.456		
Partes relacionadas	11	4.230	-	

	31/12/2020		
	Nota	Outros passivos financeiros	Nível
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo			
Fornecedores	9	12.583	
Financiamentos	10	89.226	Nível 2

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2021		
	Nota	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros não mensurados a valor justo			
Financiamentos (a)	10	102.404	102.404
Partes Relacionadas	11	4.167	4.167
	31/12/2020		
	Nota	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros não mensurados a valor justo			
Financiamentos (a)	10	89.226	89.226

- (a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seu financiamento é similar ao valor contábil, devido ao fato de que as taxas do financiamento são subsidiadas pelo BNB.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Riscos de mercado

Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Análise de Sensibilidade

Com base nos dados disponíveis do Banco Central e Bradesco, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, depósitos vinculados e financiamentos.

Risco de aumento (passivo)	Índice	31/12/2021	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
	IPCA				
Financiamentos	(a)	102.404	6.605	8.256	9.908

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre a moeda na qual as compras são denominadas, e a respectiva moeda funcional da Companhia.

Atualmente, as únicas operações em moeda estrangeira da Companhia são contas a pagar para parte relacionada apresentadas com maiores detalhes na nota explicativa 10, item (d).

Um resumo da exposição ao risco cambial da Companhia, está apresentado abaixo:

	2021	
	R\$	USD
Contas a pagar para partes relacionadas	4.167	747
Exposição Líquida	4.167	747

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas:

	Taxa média		Taxa de fechamento	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<i>Real</i>				
BRL x 1 USD	5,1693	5,0863	5,5799	5,1967

Sensibilidade a taxa de câmbio

Para definição da cotação do dólar utilizada no cenário esperado, a Companhia segue projeções do mercado futuro “B3 S.A.- Brasil, Bolsa e Balcão” de acordo com a data base da próxima divulgação.

	Saldo em	Cenário	Stress	
	31.12.2021	Possível	25%	50%
	R\$	R\$ (i)	R\$ (i)	R\$ (i)
Contas a pagar para partes relacionadas	(4.167)	(4.386)	(4.466)	(4.547)
Exposição Líquida	(4.167)	(4.386)	(4.466)	(4.547)

Riscos operacionais

Riscos operacionais são riscos de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos. O objetivo da Companhia é administrar tais riscos para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros, como a necessidade de adquirir energia no mercado aberto para distribuir a seus clientes por falhas ou problemas técnicos.

Riscos Regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos do setor (MME – Ministério de Minas e Energia, ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com os regulamentos expedidos, sendo assim, alterações no ambiente regulatório podem exercer impacto sobre suas atividades. Adicionalmente, a companhia dispõe de uma equipe jurídica qualificada e também é representada por advogados de escritórios de prestígio no país para manter-se atenta a possíveis alterações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Ativos financeiros

	2021	2020
Caixa e equivalente de caixa	327	2.401
Cauções e Depósitos vinculados	2.907	230
Partes relacionadas	7.256	4.230

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2021	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	3.500	3.500	3.500	-	-	-
Partes relacionadas	4.167	4.167	-	4.167	-	-
Financiamentos	102.404	102.404	98.331	785	8.415	29.634

19 Provisão para contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2021, contingências passivas com avaliação de risco de perda provável.

	2021	2020
Provisão para contingências Cíveis	-	50

A provisão constituída em 2020 referia-se à disputa com um prestador de serviço.

Adicionalmente, segue divulgado abaixo as contingências passivas com avaliação de risco de perda possível:

	2021	2020
Contingências Cíveis	-	345

20 Informações complementares ao fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as operações que não afetaram caixa nas operações da Companhia estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa		
Adições de ativo imobilizado não liquidadas no encerramento do exercício	3.500	12.583
Capitalização de juros de financiamentos (nota 12)	3.836	2.158
	<u>7.336</u>	<u>14.741</u>

21 Eventos subsequentes

- a. Em 17 de janeiro de 2022, ocorreu o pagamento de Juros de empréstimos no valor de R\$ 3.943e em 15 de fevereiro de 2022, no valor R\$ 988.
- b. Em 10 de janeiro de 2022, ocorreu o desembolso de uma parte do crédito obtido junto ao Banco do Nordeste, no valor de R\$ 1.001, aumentando o valor do principal da dívida de R\$ 96.410 para R\$ 97.411.
- c. Em janeiro e fevereiro de 2022, a Salgueiro Holding S.A., efetuou aumento de capital social, no montante de R\$ 4.120, passando o capital de R\$ 52.530 para R\$ 56.650.
- d. Em março e abril de 2022, a Salgueiro Holding S.A., efetuou aumento de capital social, no montante de R\$ 4.365.